

Prova objetiva e discursiva – Nível Médio completo

Técnico Judiciário - Escrevente - Área Judiciária

TIPO 1 – BRANCA

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
 - este caderno de prova, contendo 60 questões objetivas, o tema de redação;
 - uma folha destinada às respostas das questões objetivas;
 - um caderno de respostas destinado à redação.
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição ou falhas, com cinco alternativas de resposta (A, B, C, D e E) para cada questão objetiva. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber a folha de respostas da prova objetiva você deve:
 - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade.
 - ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas;
 - marcar na folha de respostas da prova objetiva o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - será eliminado do concurso o candidato que, durante a realização da prova, for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como *iPod*, *smartphone*, telefone celular, agenda eletrônica, aparelho MP3, *notebook*, *tablet*, *palmtop*, *pendrive*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. O candidato que estiver portando algo definido ou similar ao disposto neste subitem deverá informar ao fiscal da sala, que determinará o seu recolhimento em embalagens não reutilizáveis fornecidas pelos fiscais, as quais deverão permanecer lacradas durante todo o período da prova, sob a guarda do candidato.
- O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
- O tempo disponível para a realização da prova é de **4 (quatro)** horas, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
- Somente após decorridos **noventa minutos** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova sem, contudo, levar o caderno de provas.
- Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
- Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar, será eliminado do concurso.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **27/01/2015**, no endereço www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjba.
- O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será de 0h do dia **28/01/2015** até as 23h59 do dia **29/01/2015**, observado o horário oficial, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjba, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

Língua Portuguesa

Texto 1

Refrigerador | Geladeira Consul 1 Porta 239 Litros Branco - CRC28FBANA código do produto: 14128

opinião dos consumidores: ★★★★★ [compartilhe este produto](#) [por e-mail](#)

[Curar](#) Uma pessoa curtiu isso [Twitter](#) +100 mil [Compartilhar](#)

Voltagem: 110 volts | R\$ 899,00

de R\$ 1.049,00
por **R\$ 899,00**
ou 3x de **R\$ 299,67** sem juros
ou R\$ 854,95 à vista com 5% de desconto
ou 12x de R\$ 83,92 com juros *
Total a prazo R\$ 1.007,39

[comprar agora](#) [Lista de Desejos](#) [Lista de Casamento](#)

[Veja outras formas de pagamento](#)

Consulte o valor das parcelas no cartão

1 x sem juros R\$ 854,95	5 x com juros R\$ 189,57 *	9 x com juros R\$ 109,04 *
2 x sem juros R\$ 449,50	6 x com juros R\$ 159,36 *	10 x com juros R\$ 99,99 *
3 x sem juros R\$ 299,67	7 x com juros R\$ 137,79 *	11 x com juros R\$ 90,76 *
4 x com juros R\$ 234,90 *	8 x com juros R\$ 121,61 *	12 x com juros R\$ 83,92 *

* juros de 1,79% ao mês

1

Como toda publicidade, esta (texto 1) também deseja vender o produto anunciado; para isso apela para um conjunto de estratégias. Entre as indicadas abaixo, aquela que NÃO pode ser considerada objetivamente como um incentivo à venda do refrigerador acima é:

- (A) indicar a quantidade de portas (1) e sua capacidade de 239 litros;
- (B) mostrar na quantidade de estrelas a opinião dos consumidores;
- (C) revelar a redução do preço do produto, de R\$1.049 para R\$899;
- (D) possibilitar ao consumidor várias formas de pagamento;
- (E) encaminhar o cliente para a possibilidade de compartilhamento de informações.

2

O cartaz publicitário do refrigerador (texto 1) contém duas frases com a forma verbal no imperativo: “compartilhe este produto” e “veja outras formas de pagamento”. O valor desse modo verbal nas frases destacadas é o de:

- (A) impor uma vontade ao interlocutor;
- (B) incentivar o leitor a fazer algo;
- (C) ordenar ao cliente a execução de uma ação;
- (D) pedir ao consumidor a realização de uma tarefa;
- (E) aconselhar o comprador a executar um ato.

Texto 2 - “A primeira missão tripulada ao espaço profundo desde o programa Apollo, da década 1970, com o objetivo de enviar astronautas a Marte até 2030 está sendo preparada pela Nasa (agência espacial norte-americana). O primeiro passo para a concretização desse desafio será dado nesta sexta-feira (5), com o lançamento da cápsula Orion, da base da agência em Cabo Canaveral, na Flórida, nos Estados Unidos. O lançamento estava previsto originalmente para esta quinta-feira (4), mas devido a problemas técnicos foi reagendado para as 7h05 (10h05 no horário de Brasília).” (Ciência, Internet Explorer).

3

Esse fragmento de um texto informativo mostra um conjunto de elementos que estruturam esse gênero textual; o elemento que aparece inadequadamente identificado é:

- (A) o quê / a primeira missão tripulada a Marte;
- (B) quando / na década de 1970;
- (C) onde / Cabo Canaveral, na Flórida;
- (D) para quê / enviar astronautas a Marte;
- (E) quem / Nasa, agência espacial norte-americana.

4

Os segmentos abaixo, retirados do texto 2, que documentam formas de voz passiva são:

- (A) foi reagendado para as 7h05 / está sendo preparada pela Nasa;
- (B) está sendo preparada pela Nasa / o objetivo de enviar astronautas a Marte;
- (C) o objetivo de enviar astronautas a Marte / será dado nesta sexta-feira;
- (D) será dado nesta sexta-feira / o lançamento estava previsto;
- (E) o lançamento estava previsto / foi reagendado para as 7h05.

5

O segmento do texto 2 que mostra uma participação do enunciador no texto informativo é:

- (A) “A primeira missão tripulada ao espaço profundo desde o programa Apollo, da década 1970, com o objetivo de enviar astronautas a Marte até 2030”;
- (B) “O primeiro passo para a concretização desse desafio será dado nesta sexta-feira (5)”;
- (C) “... com o lançamento da cápsula Orion, da base da agência em Cabo Canaveral, na Flórida, nos Estados Unidos”;
- (D) “O lançamento estava previsto originalmente para esta quinta-feira”;
- (E) “...devido a problemas técnicos foi reagendado para as 7h05 (10h05 no horário de Brasília)”.

6

A preocupação com a precisão informativa só NÃO está presente, no texto 2, na seguinte circunstância:

- (A) explicitação da sigla “Nasa”;
- (B) indicação da sexta-feira referida;
- (C) identificação da quinta-feira já passada;
- (D) correspondência de horários EUA e Brasil;
- (E) revelação da fonte de informações do texto.

7

“O primeiro passo para a concretização desse desafio será dado nesta sexta-feira (5), com o lançamento da cápsula Orion, da base da agência em Cabo Canaveral, na Flórida, nos Estados Unidos.”

Transformando o segmento “para a concretização desse desafio” em uma oração desenvolvida, a forma adequada será:

- (A) para concretizar-se esse desafio;
- (B) para concretar-se esse desafio;
- (C) para que se concretize esse desafio;
- (D) para que esse desafio fosse concretizado;
- (E) para que esse desafio seja concretado.

8

“com o lançamento da cápsula Orion, da base da agência em Cabo Canaveral, na Flórida, nos Estados Unidos.”

Os termos sublinhados se encarregam da localização do lançamento da cápsula referida; o critério para essa localização também foi seguido no seguinte caso: Os protestos contra as cotas raciais ocorreram:

- (A) em Brasília, Distrito Federal, na região Centro-Oeste;
- (B) em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, região Sul;
- (C) em Pedrinhas, São Luís, Maranhão;
- (D) em São Paulo, São Paulo, Brasil;
- (E) em Goiânia, região Centro-Oeste, Brasil.

Texto 3 – “A Lua Cheia entra em sua fase Crescente no signo de Gêmeos e vai movimentar tudo o que diz respeito à sua vida profissional e projetos de carreira. Os próximos dias serão ótimos para dar andamento a projetos que começaram há alguns dias ou semanas. Os resultados chegarão rapidamente”.

9

O texto 3 é relativo ao horóscopo do signo de Gêmeos, consultado no dia 6 de dezembro de 2014; o exemplo que é inadequado à marca desse tipo de gênero textual é:

- (A) a presença de formas verbais no futuro, como “vai movimentar”;
- (B) a predominância de previsões positivas, como “serão ótimos”;
- (C) a utilização de jargão da área de astrologia, como “entra em sua fase Crescente”;
- (D) o emprego de vocábulos de sentido pouco específico, como “os resultados chegarão”;
- (E) o emprego de pronomes diretamente relacionados ao interlocutor, como “em sua fase Crescente”.

10

O texto 3 mostra exemplos de emprego correto do “a” com acento grave indicativo da crase – “diz respeito à sua vida profissional”. A frase abaixo em que o emprego do acento grave da crase é corretamente empregado é:

- (A) o texto do horóscopo veio escrito à lápis;
- (B) começaram à chorar assim que leram as previsões;
- (C) o horóscopo dizia à cada leitora o que devia fazer;
- (D) o leitor estava à procura de seu destino;
- (E) o astrólogo previa o futuro passo à passo.

11

O texto 3 mostra também um emprego adequado de forma do verbo haver em “projetos que começaram há alguns dias ou semanas”.

A frase abaixo em que essa mesma forma foi empregada adequadamente é:

- (A) o horóscopo já estava publicado há cerca de dez dias;
- (B) o leitor estava há duas horas dali;
- (C) o astrólogo só será visto daqui há dois anos;
- (D) o horóscopo não se refere há anos passados;
- (E) o texto está há 20 centímetros do final da página.

Texto 4 - “Será que Jesus Cristo verdadeiramente existiu? Ou têm razão aqueles que o tomam apenas como uma figura lendária, como um símbolo criado para dar sustentação à fé cristã? Esse questionamento ressurgiu a cada obra literária ou cinematográfica sobre Jesus lançada no mercado, ou a cada descoberta arqueológica divulgada pela comunidade científica e envolvendo o assunto.” (Paul L. Maier, *Jesus, verdade ou mito?*)

12

O fragmento de texto acima se inclui entre os textos do gênero argumentativo porque:

- (A) é introduzido por perguntas retóricas;
- (B) se compromete a relatar fatos;
- (C) estabelece uma discussão a ser explorada;
- (D) se refere a um fato histórico;
- (E) explora um tema ligado à religiosidade.

13

“um símbolo criado para dar sustentação à fé cristã?”; a forma adequada de uma oração desenvolvida correspondente à oração reduzida do fragmento dado é:

- (A) para que se dê sustentação à fé cristã;
- (B) para que seja dada sustentação à fé cristã;
- (C) para a sustentação da fé cristã;
- (D) para que se desse sustentação à fé cristã;
- (E) para que sustentassem a fé cristã.

Texto 5 – “Dona Custódia não tinha ar de empregada: era uma velha mirrada, muito bem arranjadinha, mangas compridas, cabelos em bandó num vago ar de camafeu – usava mesmo um fechando-lhe o vestido ao pescoço. Mas via-se que era humilde e além do mais impunha dentro de casa certo ar de discrição e respeito...”. (Fernando Sabino)

14

O texto 5 deve ser caracterizado como:

- (A) argumentativo com tese de caráter pessoal;
- (B) narrativo com segmentos descritivos;
- (C) descritivo com segmentos narrativos;
- (D) narrativo com caráter histórico;
- (E) descritivo com caracterização física e psicológica.

15

“fechando-lhe o vestido ao pescoço”; nesse segmento do texto 5, o pronome LHE tem o mesmo valor que na frase seguinte:

- (A) deu-lhe o prêmio merecido;
- (B) ela lhe entregou a encomenda;
- (C) beijou-lhe o rosto, envergonhado;
- (D) o noivo lhe endereçou a carta;
- (E) recomendou-lhe um novo medicamento.

16

“...mas via-se que era humilde”; o mesmo valor do vocábulo SE aparece na frase seguinte:

- (A) ela se considerava pessoa de respeito;
- (B) eles não se viam há longo tempo;
- (C) precisava-se de mais tempo para a avaliação;
- (D) entregou-se a foto solicitada;
- (E) vive-se bem na região Sul.

17

Todas as frases abaixo são do gênero descritivo; aquele que se apoia no sentido tátil, é:

- (A) a mãe tinha na mão fria a luva de lã áspera;
- (B) o quarto tinha o aspecto de um brechó;
- (C) da cozinha emanava uma essência de baunilha;
- (D) do fundo do corredor vinha a algazarra costumeira;
- (E) na boca, o azedo da fruta.

Texto 6



18

Na tira do texto 6, a técnica gráfica utilizada é a de mostrar a cena:

- (A) de longe para perto;
- (B) de perto para longe;
- (C) do todo para as partes;
- (D) das partes para o todo;
- (E) de baixo para cima.

19

A frase “Deixamos eles bêbados”, dita por Hagar no segundo quadrinho do texto 6, mostra uma linguagem coloquial; a forma adequada à norma culta seria:

- (A) deixamo-nos bêbados;
- (B) deixamos-nos bêbados;
- (C) os deixamos bêbados;
- (D) deixamo-los bêbados;
- (E) deixamos-los bêbados.

20

A tira de Hagar (texto 6) é localizada cronologicamente na época dos vikings; graficamente, o item que NÃO apresenta correlação temporal com essa época é:

- (A) as vestimentas dos personagens;
- (B) o emprego de espadas;
- (C) o tipo de construção;
- (D) as armas de artilharia;
- (E) a estratégia de ataque.

Legislação Específica

21

De acordo com a Lei nº 10.845/2007 (Organização e Divisão Judiciária do Estado da Bahia), é vedado aos magistrados:

- (A) dedicar-se à atividade político-partidária;
- (B) ajustar previamente com a autoridade ou magistrado de instância igual ou inferior dia, hora e local para ser ouvido como testemunha;
- (C) tratar com urbanidade as partes, advogados e testemunhas;
- (D) exceder injustificadamente o prazo de até 5 (cinco) dias para decidir ou despachar;
- (E) residir fora da comarca de que for titular, não existindo qualquer exceção a tal regra.

22

Conforme estabelece a Organização e Divisão Judiciária do Estado da Bahia, a classificação e a reclassificação das Comarcas, por entrâncias, dependerão de lei e obedecerão a fatores objetivos, relacionados com a extensão territorial, o número de habitantes, o colégio eleitoral, o movimento forense e a receita tributária. Na entrância inicial, deve-se observar, entre outros, o seguinte critério:

- (A) extensão territorial de até 50 km²;
- (B) população de até 100.000 (cem mil) habitantes, residindo, pelo menos, 30% (trinta por cento) na respectiva sede;
- (C) aforamento anual de aproximadamente 300 (trezentos) feitos de jurisdição contenciosa;
- (D) receita tributária superior, no mínimo, ao dobro da exigida para a criação do município;
- (E) colégio eleitoral correspondente a 70% (setenta por cento) da população.

23

Maurício, servidor da Justiça, praticou reiteradamente atos de indisciplina e insubordinação. Consoante dispõe a Lei nº 10.845, de 27 de novembro de 2007 (Organização e Divisão Judiciária do Estado da Bahia), Maurício está sujeito à pena disciplinar de:

- (A) advertência;
- (B) censura;
- (C) suspensão até 30 (trinta) dias;
- (D) suspensão até 90 (noventa) dias;
- (E) demissão.

24

Em relação à licença prêmio, o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado da Bahia (Lei Estadual nº 6.677/94) estabelece que:

- (A) a cada período de 3 (três) anos de exercício efetivo e ininterrupto, o servidor terá direito à licença prêmio de 5 (cinco) meses, sem prejuízo da sua remuneração;
- (B) não será concedida a servidor que, no período aquisitivo, sofrer penalidade disciplinar de suspensão;
- (C) deverá ser gozada no prazo máximo de 2 (dois) anos, a contar do término do período aquisitivo, sob pena de prescrição;
- (D) será concedida a servidor que completar o período de 5 (cinco) anos de exercício efetivo e ininterrupto, ainda que tenha se afastado do cargo em tal período por força de licença para tratar de interesse particular;
- (E) o servidor terá direito à licença prêmio de 1 (um) mês, sem prejuízo da remuneração, após completar período de 3 (três) anos de exercício efetivo e ininterrupto.

25

Em matéria de frequência ao serviço e cumprimento da carga horária, o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado da Bahia (Lei Estadual nº 6.677/94) estabelece que poderá:

- (A) o servidor, sem qualquer prejuízo, ausentar-se do serviço por 3 (três) dias consecutivos, para doação de sangue, desde que comprovado ato por meio de atestado médico;
- (B) o servidor ausentar-se do serviço por 15 (quinze) dias consecutivos, por motivo de falecimento de cônjuge, companheiro, pais, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos, desde que comprovados com atestado de óbito;
- (C) ser concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade do horário escolar com o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo, exigida a compensação de horários na repartição e respeitada a duração semanal do trabalho;
- (D) ser concedido, a critério do chefe imediato, horário especial ao servidor que acumule outro cargo público, desde que não haja prejuízo ao trabalho, respeitado, no mínimo, o cumprimento de 90% (noventa por cento) de ambas as cargas horárias;
- (E) o servidor ausentar-se do serviço, sem qualquer prejuízo, até 30 (trinta) dias, por período de trânsito, compreendido como o tempo gasto pelo servidor que mudar de sede, contados da data do desligamento.

26

Antônio, servidor público efetivo estadual, sofreu um acidente automobilístico que lhe causou limitações em sua capacidade física, conforme comprovado por junta médica oficial. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado da Bahia, o cometimento ao servidor Antônio de novas atribuições, compatíveis com a citada limitação, garantida a remuneração do cargo de que é titular, é a:

- (A) reversão;
- (B) recondução;
- (C) aproveitamento;
- (D) reintegração;
- (E) readaptação.

27

De acordo com o Regimento dos Órgãos Auxiliares e de Apoio Técnico Administrativo da Justiça, aprovado pela Resolução nº 05, de 27 de março de 2013, o órgão incumbido de coordenar, executar e controlar as atividades de apoio administrativo, em matéria financeira, serviços gerais, suprimento e patrimônio, engenharia e arquitetura, recursos humanos e assistência à saúde é a Secretaria:

- (A) Judiciária;
- (B) de Apoio Institucional;
- (C) de Administração;
- (D) de Tecnologia da Informação e Modernização;
- (E) de Planejamento e Orçamento.

28

No título sobre preparo, deserção e distribuição do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, é estabelecido que:

- (A) o preparo dos recursos de primeiro grau de jurisdição será feito diretamente no Tribunal;
- (B) considerar-se-á deserto o recurso quando não preparado na forma legal;
- (C) a deserção somente poderá ser declarada pelo Relator do processo;
- (D) distribuir-se-ão, prioritariamente, os processos em que forem partes o Ministério Público, a Defensoria Pública ou a Procuradoria Estadual;
- (E) é vedada a compensação quando a distribuição couber, por prevenção, a determinado Relator.

29

Segundo estabelece o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, na falta de recurso previsto em lei, ainda que com efeito só devolutivo, visando à correção de atos judiciais que importem na subversão ou tumulto da ordem processual ou embarcem o andamento dos feitos, caberá:

- (A) apelação;
- (B) agravo retido;
- (C) agravo de instrumento;
- (D) correção parcial;
- (E) conflito de decisão.

30

Consoante dispõe o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, ao Tribunal Pleno compete privativamente:

- (A) elaborar, aprovar e sancionar projeto de lei referente à organização e divisão judiciária, bem como a criação e extinção de cargos dos serviços auxiliares da Justiça Estadual;
- (B) organizar a lista tríplice de juizes, advogados e membros do Ministério Público para provimento de cargo de desembargador;
- (C) dar posse aos desembargadores e juizes, e conceder-lhes prorrogação de prazo para esse fim;
- (D) dirimir as dúvidas manifestadas pelos desembargadores e partes, que não se manifestarem na forma de conflito, sobre distribuição, prevenção e ordem de serviço;
- (E) delegar a Juiz de Direito de igual entrância ou superior, em casos excepcionais, a correção parcial que versar sobre ato de outro magistrado vitalício.

31

De acordo com a Lei nº 6.677/1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia), é cabível licença ao servidor:

- (A) atleta selecionado para representar o estado ou o país, durante o período da competição oficial, sem prejuízo da remuneração;
- (B) para tratar de interesse particular, pelo prazo de 1 (um) ano, sem remuneração, prorrogável uma única vez, por igual período;
- (C) convocado para o serviço militar obrigatório, pelo prazo de 1 (um) ano, sem prejuízo da remuneração;
- (D) por motivo de doença de parente até o segundo grau, mediante prévia comprovação por médico ou junta médica oficial, pelo prazo de até 2 (dois) anos, com remuneração integral;
- (E) para acompanhar cônjuge ou companheiro, servidor público estadual, que for deslocado para outro ponto do estado ou do país, pelo prazo de até 1 (um) ano, sem prejuízo da remuneração.

32

Conforme dispõe o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, compete ao Corregedor-Geral da Justiça:

- (A) solicitar, excepcionalmente, ao Tribunal Pleno a designação de juízes, com prejuízo de suas funções judicantes, para auxiliá-lo, em situações concretas, nas diligências a que tiver de proceder nas comarcas do interior;
- (B) visitar, anualmente, pelo menos, 50 (cinquenta) comarcas do interior do Estado, em correição geral ordinária, sem prejuízo das correições extraordinárias, gerais ou parciais;
- (C) superintender e presidir, no primeiro grau, a distribuição dos feitos nas comarcas da capital e do interior, podendo delegar tais atribuições a Juiz de Direito auxiliar;
- (D) conhecer de representação contra servidores das comarcas de entrância final, inclusive os lotados nos Juizados Especiais e demais órgãos integrantes dos serviços auxiliares da Secretaria do Tribunal de Justiça;
- (E) praticar todos os atos relativos à posse, matrícula, concessão de férias e licença e consequente substituição de todos os servidores da Justiça Estadual.

33

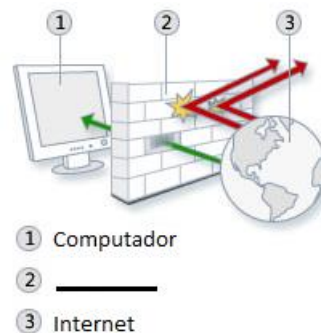
De acordo com a Lei Estadual nº 10.845/2007 (Organização e Divisão Judiciária do Estado da Bahia), aos juízes das Varas da Infância e da Juventude compete:

- (A) decretar prisão preventiva, conceder liberdade provisória e fiança, revogá-las ou cassá-las, no curso da instrução, em desfavor do adolescente infrator;
- (B) processar e julgar as ações concernentes à comunhão de interesse entre portadores de debêntures e ao cancelamento de hipoteca em sua garantia;
- (C) processar e julgar as ações de investigação de paternidade, cumuladas, ou não, com a petição de herança;
- (D) em execução de medidas socioeducativas, exercer jurisdição em fiscalização e apuração de irregularidades em entidades que executam programas socioeducativos;
- (E) processar e julgar as ações de alimentos e as de posse e guarda de filhos menores, quer entre os pais, quer entre estes e terceiros.

Noções de Informática

34

Os criminosos virtuais, também chamados de hackers, atacam computadores conectados à internet para roubar informações ou danificar o computador. Para protegê-lo, utiliza-se um software ou hardware que verifica as informações vindas da internet, conforme ilustrado na figura a seguir.

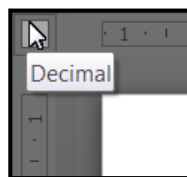


O software ou hardware utilizado para rejeitar ou permitir que informações da internet entrem no computador é o:

- (A) firewall;
- (B) cavalo de tróia (trojan);
- (C) anti-spyware;
- (D) certificado digital;
- (E) anti-vírus.

35

No MS Word 2010 BR, é possível alinhar textos em diversas posições na mesma linha utilizando tabulações. Elas podem ser definidas rapidamente clicando no seletor de tabulação na extremidade esquerda da régua até que ela exiba o tipo de tabulação desejado. No documento ilustrado na figura a seguir, a *Tabulação Decimal* foi utilizada para que os números da coluna **Quantidade** sejam alinhados ao redor do ponto decimal, independentemente do número de dígitos.



Tribunal-de-Justiça	-	Relatório	-	Estado-da-Bahia
- Tipo-de-Documento	-	Quantidade	-	Destinação
- Certidão	-	2000	-	Transferência
- Boletim	-	30	-	Recolhimento
- Declaração	-	450	-	Eliminação

A *Tabulação Decimal* é representada pelo símbolo:

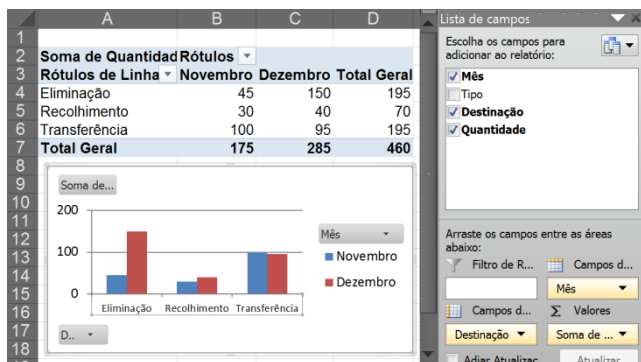
- (A)
- (B)
- (C)
- (D)
- (E)

36

Para contabilizar a destinação dos documentos do seu setor, Maria registra as informações da tramitação em uma planilha, conforme ilustrado na figura a seguir.

	A	B	C	D
1	Mês	Tipo	Destinação	Quantidade
2	Novembro	Certidão	Transferência	100
3	Novembro	Boletim	Recolhimento	30
4	Novembro	Declaração	Eliminação	45
5	Dezembro	Certidão	Transferência	95
6	Dezembro	Boletim	Recolhimento	40
7	Dezembro	Declaração	Eliminação	150

O chefe de Maria precisa fazer algumas análises sobre essas informações visando otimizar os processos do seu setor. Para isso, Maria elaborou a planilha no MS Excel 2010 BR ilustrada na figura a seguir.



Para que seu chefe possa resumir, analisar segundo várias perspectivas, explorar e apresentar um resumo dos seus dados, Maria deve utilizar:

- (A) Teste de hipóteses;
- (B) Formulário;
- (C) Validação de dados;
- (D) Consolidação;
- (E) Tabela dinâmica.

37

Observe o seguinte anúncio publicado na internet:



Notebook com Windows 8.1 Pro - Intel Core i5 - HD 1TB 5400 RPM + 24GB SSD - 8GB RAM
 Mouse e Teclado, DVD-R, 4 x USB 2.0 e 2 x USB 3.0,
 Placa de Vídeo 1GB DDR3 128bits

Sobre as configurações desse computador, é correto afirmar que:

- (A) a memória principal, onde os dados são mantidos quando se desliga o computador, pode armazenar até 8GB;
- (B) o local de armazenamento não volátil de dados possui 1TB além de 24GB para armazenamento mais veloz;
- (C) o processador possui cinco núcleos; com isso pode processar cinco instruções ao mesmo tempo;
- (D) as interfaces permitem a leitura e gravação de dados em mídias DVD e pen-drives;
- (E) a placa de vídeo armazena até 1GB de arquivos de imagens que são processadas na velocidade de até 128bps.

38

A criptografia é um dos principais mecanismos de segurança utilizado para proteger a transmissão de informações na Internet por meio de codificação que transforma um texto claro em um texto cifrado, conforme ilustrado na figura a seguir.

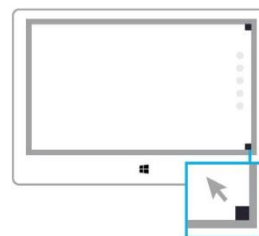


Dentre outras finalidades, a criptografia é usada para autenticar a identidade de usuários. Para isso, o código usado para comprovar a autenticidade e a integridade de uma informação, ou seja, que ela foi realmente gerada por quem diz ter feito e que ela não foi alterada, é:

- (A) autoridade certificadora;
- (B) assinatura digital;
- (C) certificado digital;
- (D) chave mestra;
- (E) chave simétrica.

39

No Windows, podemos usar o mouse para acessar algumas funcionalidades de forma mais rápida, ou seja, usando atalhos. Na versão 8 do Windows, algumas novidades foram inseridas como ilustrado nas figuras e descritas nas instruções a seguir.



Com o mouse, aponte para o canto superior direito ou inferior direito.



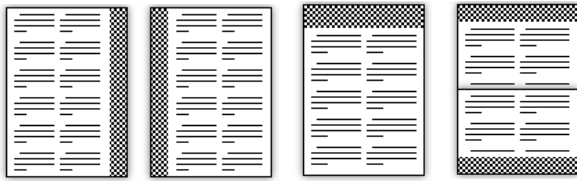
Com o mouse, aponte para o canto superior esquerdo.

As figuras e as instruções indicam, respectivamente, os atalhos para:

- (A) abrir os botões: Pesquisar, Compartilhar, Iniciar, Dispositivos e Configurações; e alternar entre aplicativos abertos;
- (B) acessar os comandos e menus de contexto em um aplicativo; e voltar à tela inicial;
- (C) usar até quatro aplicativos lado a lado; e mostrar a barra de título em um aplicativo da Windows Store;
- (D) ampliar ou reduzir na tela inicial; e abrir a área de trabalho;
- (E) pesquisar no computador (aplicativos, configurações e arquivos); e fechar um aplicativo.

40

Júlio é o responsável pela impressão e encadernação de vários documentos que, em sua maioria, possuem mais do que 60 páginas. A encadernação pode ser feita de diversas formas, como ilustrado no sombreamento dos documentos das figuras a seguir.



Para adicionar um espaço extra à margem lateral, margem superior ou margens internas de um documento de acordo com o tipo de encadernação, Júlio deve configurar margem:

- (A) moderada;
- (B) estreita;
- (C) medianiz;
- (D) larga;
- (E) interior ou exterior.

Conhecimentos Específicos

41

Caso o querelante proponha, na própria queixa-crime, composição civil dos danos para parte dos querelados, a peça acusatória deverá ser:

- (A) recebida na sua integralidade, por força do princípio da obrigatoriedade;
- (B) recebida na sua integralidade, por força do princípio da indivisibilidade;
- (C) rejeitada na sua integralidade, por força do princípio da obrigatoriedade;
- (D) rejeitada na sua integralidade, por força do princípio da indivisibilidade;
- (E) suspensa a admissibilidade, aguardando a aceitação da composição.

42

Na ação penal pública, o Ministério Público:

- (A) não está obrigado a denunciar todos os envolvidos no fato tido por delituoso, diante da incidência do princípio da autonomia;
- (B) está obrigado a denunciar todos os envolvidos no fato tido por delituoso, diante da incidência da união;
- (C) não está obrigado a denunciar todos os envolvidos no fato tido por delituoso, diante da incidência do princípio da indivisibilidade;
- (D) está obrigado a denunciar todos os envolvidos no fato tido por delituoso, diante da não incidência do princípio da autonomia;
- (E) não está obrigado a denunciar todos os envolvidos no fato tido por delituoso, diante da não incidência do princípio da indivisibilidade.

43

A queixa-crime pode ser recebida quando for ofertada:

- (A) por advogado substabelecido com reserva de direitos, por procurador que recebera do querelante os poderes para o foro em geral;
- (B) por advogado substabelecido sem reserva de direitos, por procurador que recebera do querelante os poderes para o foro em geral;
- (C) por advogado substabelecido com reserva de direitos, por procurador que recebera do querelante os poderes especiais;
- (D) nos casos de procuração que outorga poderes especiais, vedado o substabelecimento com ou sem reserva de poderes;
- (E) nos casos de procuração que outorga poderes para o foro em geral, vedado o substabelecimento com ou sem reserva de poderes.

44

As formas de instauração do inquérito policial variam de acordo com a natureza do delito. Nos casos de ação penal pública incondicionada, a instauração do inquérito policial pode se dar:

- (A) de ofício pela autoridade policial; mediante requisição do Ministério Público; mediante requerimento do ofendido; e por auto de prisão em flagrante;
- (B) de ofício pelo Ministério Público; mediante requisição da autoridade policial; mediante requerimento do ofendido; e por auto de prisão em flagrante;
- (C) de ofício pela autoridade policial; mediante requerimento do Ministério Público; mediante requisição do ofendido; e por auto de resistência;
- (D) de ofício pelo Ministério Público; mediante requisição da autoridade policial; mediante requerimento do ofendido; e por auto de resistência;
- (E) de ofício pela autoridade policial; mediante requerimento do Ministro da Justiça; mediante requisição do ofendido; e por auto de resistência.

45

Constituem elementos autenticativos da denúncia:

- (A) qualificação do acusado;
- (B) data e assinatura do Promotor de Justiça;
- (C) qualificação das partes;
- (D) exposição do fato com todas as circunstâncias;
- (E) classificação do crime.

46

Constitui hipótese de incompatibilidade dos juízes quando:

- (A) o próprio juiz houver desempenhado as funções de defensor ou advogado ou órgão do Ministério Público;
- (B) nos juízos coletivos servirem no mesmo processo juízes que forem entre si parentes, consanguíneos ou afins;
- (C) o próprio juiz houver desempenhado as funções de autoridade policial ou auxiliar da Justiça;
- (D) tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão;
- (E) o próprio juiz houver desempenhado as funções de testemunha.

47

Constitui hipótese de impedimento do representante do Ministério Público:

- (A) a participação de membro do Ministério Público na fase de investigação criminal como testemunha;
- (B) quando parente do Promotor de Justiça tiver atuado nos autos como auxiliar da Justiça;
- (C) quando parente do Promotor de Justiça tiver atuado nos autos como Promotor de Justiça;
- (D) quando parente do Promotor de Justiça for atuar nos autos como Procurador de Justiça;
- (E) a participação de membro do Ministério Público na fase de investigação criminal em relação ao oferecimento da denúncia.

48

O processo penal seguirá sem a presença do acusado que citado ou intimado:

- (A) pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer com motivo justificado;
- (B) por publicação para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado;
- (C) pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado;
- (D) por publicação para qualquer ato, deixar de dar andamento ao processo;
- (E) pessoalmente para o ato inicial, deixar de comparecer sem motivo justificado.

49

Um importante papel do assistente de acusação é a possibilidade de interpor recurso de algumas decisões específicas. O assistente de acusação pode interpor apelação:

- (A) de sentença penal condenatória, para majorar a pena;
- (B) da sentença de pronúncia;
- (C) de sentença penal condenatória, para alterar regime de cumprimento de pena;
- (D) de sentença que rejeite causas extintivas da punibilidade;
- (E) da sentença de impronúncia.

50

Durante os debates orais no Tribunal do Júri:

- (A) se houver mais de um acusador, caberá ao juiz disciplinar a divisão do tempo, independentemente da combinação entre eles;
- (B) havendo mais de um acusado, o tempo para acusação não sofrerá acréscimo algum;
- (C) se houver mais de um defensor, caberá ao juiz disciplinar a divisão do tempo, independentemente da combinação entre eles;
- (D) o assistente de acusação também deve ser consultado se deseja ou não fazer uso da réplica;
- (E) os apartes deverão ser coibidos pelo Juiz Presidente, já que não regulamentados por lei.

51

Estabelece o Art. 398 do Código de Processo Civil que sempre que uma das partes requerer a juntada de documento aos autos, o juiz ouvirá, a seu respeito, a outra. Tal regra encontra fundamento constitucional no princípio:

- (A) da efetividade;
- (B) da economia processual;
- (C) do contraditório;
- (D) dispositivo;
- (E) da prevenção.

52

A jurisdição representa uma atividade estatal voltada à composição dos conflitos de interesses. No Brasil, uma das características fundamentais da jurisdição é a:

- (A) inércia;
- (B) diametricidade;
- (C) eleição direta;
- (D) dualidade;
- (E) formalidade.

53

O magistrado goza de algumas garantias funcionais para assegurar o exercício pleno e independente da sua função judicante. Nesse sentido, a inamovibilidade representa a garantia de que o magistrado deve:

- (A) ser empossado no cargo, se for devidamente aprovado em concurso público de provas e títulos;
- (B) julgar a causa com imparcialidade, atendendo aos fins sociais e às exigências do bem comum;
- (C) declinar da competência relativa, se for devidamente provocado pela parte interessada;
- (D) residir fora da comarca onde atua, se for autorizado pelo Presidente do tribunal;
- (E) ser removido apenas por decisão da maioria absoluta do tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça.

54

Paula propôs uma demanda indenizatória. Apesar de o réu ter ficado revel, os pedidos de Paula foram julgados improcedentes, com trânsito em julgado. Inconformada, Paula propõe a mesma demanda novamente, no ano seguinte. Nesse caso, se o réu apresentar defesa, o novo processo deve ser extinto:

- (A) com resolução do mérito, por economia processual;
- (B) sem resolução do mérito, por violar a coisa julgada;
- (C) sem resolução do mérito, por litispendência;
- (D) com resolução do mérito, por violar a boa-fé;
- (E) sem resolução do mérito, por congruência.

55

Júlio ficou sabendo que seu vizinho o está processando. Descobriu também que a sua citação foi realizada no endereço errado. Nesse caso, se Júlio comparecer em juízo apenas para arguir a nulidade da citação e esta for decretada:

- (A) o prazo para apresentar a sua resposta é imediatamente suspenso;
- (B) o processo é extinto, sem resolução do mérito, por falta de pressuposto processual;
- (C) o processo é extinto, com resolução do mérito, por falta de condições da ação;
- (D) a citação é considerada feita na data em que for intimado da decisão;
- (E) a citação é convalidada pela ciência do réu da existência do processo.

56

Uma vez proposta a demanda pelo rito sumário do Código de Processo Civil, a petição inicial deve indicar:

- (A) o rol de testemunhas e os quesitos periciais, sob pena de preclusão;
- (B) o pedido de forma certa, não sendo admissível pedido genérico;
- (C) o prazo de 15 dias para o réu oferecer sua resposta depois de citado;
- (D) a proposta de acordo a ser discutida na audiência de conciliação;
- (E) o pedido declaratório, nas ações relativas à capacidade das pessoas.

57

A incompetência territorial:

- (A) pode ter natureza absoluta, quando fundada em critérios de ordem pública;
- (B) deve ser alegada na primeira oportunidade, sob pena de preclusão;
- (C) deve ser arguida pela parte que propôs a demanda;
- (D) pode ser conhecida no curso do processo, em qualquer tempo ou grau de jurisdição;
- (E) pode levar à extinção do processo sem resolução do mérito.

58

Pedro interpôs agravo de instrumento em face da decisão que indeferiu o seu pedido de produção de prova pericial. Pedro, no entanto, não juntou nos autos principais cópia da petição do recurso, do comprovante de sua interposição e da relação dos documentos que instruíram o recurso. Nesse caso, o relator do agravo de instrumento no tribunal pode:

- (A) determinar a conversão do agravo de instrumento em agravo retido;
- (B) julgar improcedente o recurso, por descumprimento de dispositivo legal;
- (C) inadmitir o recurso, caso exista certidão que comprove a citada omissão;
- (D) inadmitir o recurso, caso o agravado alegue e comprove a citada omissão;
- (E) determinar a intimação do agravado para cumprir a disposição legal.

59

A teoria da causa madura recursal permite:

- (A) ao juiz o julgamento liminar de improcedência, caso existam precedentes proferidos naquele juízo contrários à tese jurídica deduzida na petição inicial;
- (B) ao juiz não receber o recurso de apelação interposto em face de sentença proferida em conformidade com súmula do Supremo Tribunal Federal ou Superior Tribunal de Justiça;
- (C) ao tribunal que, em sede de apelação, reformar sentença terminativa, avançar ao mérito da causa, se ele estiver em condições de imediato julgamento;
- (D) ao tribunal assumir a competência para julgamento de uma causa em curso perante um de seus órgãos fracionários, quando tratar de relevante questão de direito;
- (E) ao tribunal determinar a realização ou renovação do ato processual, constatando a ocorrência de nulidade sanável, desde que intimadas as partes.

60

O relator de um recurso em tramitação no tribunal pode julgá-lo monocraticamente improcedente quando:

- (A) a causa versar sobre direito indisponível e estiver em condições de imediato julgamento;
- (B) verificar que a celeridade processual recomenda a adoção de tal medida;
- (C) o recurso não estiver devidamente preparado ou for manifestamente intempestivo;
- (D) a decisão recorrida estiver em consonância com a jurisprudência consolidada sobre o tema debatido;
- (E) o tema debatido estiver afetado ao Plenário do Supremo Tribunal Federal para análise da repercussão geral.

Redação

Um dos maiores dilemas encontrados no atendimento dos clientes por advogados é a questão do desconforto na cobrança de consultas e honorários.

Em que momento validou-se a crença de que a dignidade da profissão está vinculada à prestação de serviços gratuitos?

São exemplos desse dilema situações como estas:

“Se eu cobrar consulta ele vai para o vizinho?”

“Cobrar consulta de um assalariado é exploração?”

“Meus clientes são aposentados, como posso cobrar deles?”

“Mas só para dar um direcionamento? Isso não me custa.”

“Mas ele é meu amigo. Como vou cobrar de um amigo?”

A partir do texto acima, exponha suas ideias, em texto de no mínimo 20 e no máximo 30 linhas, em língua culta, dando especial atenção à estrutura do texto e aos argumentos apresentados em sua posição.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Realização

